

ABOLICIONISMO, UM PROCESSO EM QUESTÃO

Teófilo de Queiroz Júnior *

RESUMO

O abolicionismo caracterizou-se como um processo composto de várias fases e condicionado por fatores e interesses diversos. A partir de 1866 cresceu a aspiração pelo fim da escravidão e 1871 marcou o início da campanha abolicionista. A adesão de personalidades à causa e a reversão das tendências contrárias de políticos, latifundiários e instituições foram marcantes para o desenrolar dos acontecimentos. A estrutura social brasileira, baseada na escravidão, a partir de 1850 começou a apresentar tensões que culminaram na abolição, a qual foi realizada de acordo com os interesses dos donos do poder. A campanha abolicionista fez parte do conjunto de fatos históricos que remoldaram a sociedade brasileira, adaptando-a às condições impostas a nível internacional.

Escravidão — Abolicionismo — Estrutura social.

A campanha abolicionista, que se contrapôs a três séculos de escravidão negra no Brasil, durou décadas e passou por diferentes etapas, variando de intensidade em suas manifestações. Um século depois da abolição, aquela campanha expõe-se mais abertamente a diferentes avaliações, conforme sejam focalizadas: sua periodização e as etapas percorridas; a tônica de cada etapa; as contribuições de seus paladinos, ou as conseqüências desastrosas do modo pelo qual se pôs fim ao cativoiro.

A análise da campanha abolicionista permite ao sociólogo o estimulante exercício de apreender e explicar um problema macroestrutural e sua solução; esta, adotada como a possível, dentre um rol de outras formulações expressas como respostas pretendidas e/ou tentadas. A forma e o ritmo com que se deu essa passagem do regime de trabalho servil ao da mão-de-obra livre no Brasil guardam íntima relação com um conjunto de diversos espaços sociais em que se abrigaram, de onde e através dos quais se irradiaram, além de se ajustarem

(*) — Professor Livre-Docente do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

aos diferentes momentos de estimulação maior ou menor vividos pela campanha. No seu todo, porém, a campanha abolicionista expressou talvez o maior grau até então possível de envolvimento coletivo, irradiante, contagioso, com um mesmo alvo; sinal de que a nação brasileira se fazia capaz de uma unidade maior e mais efetiva do que a conseguida na luta pela independência, 60 anos antes. É que o fim do domínio português foi uma conquista que ficou adstrita à aspiração e aos interesses de círculos restritos da sociedade nacional, como assinala Florestan Fernandes,¹ enquanto a abolição tocava à sociedade brasileira como um todo e de modo muito contraditório. Ela afetava aos escravos tanto quanto aos homens livres. No caso destes últimos ela envolvia os que tivessem escravos ou não. Ela viria libertar os negros, mas para expô-los à discriminação, para jogá-los no abandono. Os que tinham escravos se viam expostos tanto ao risco de sofrer danos em seu patrimônio e em sua posição social privilegiada, quanto ao estímulo a converter tais riscos em conquistas sociais e econômicas, antevistas nas indenizações e nos incentivos reivindicáveis como reparação pela perda da escravaria. Já os que não tinham escravos viam no fim do cativo a reparação à injustiça cometida contra os negros e a eliminação de diferenças sociais, não menos injustas, que os inferiorizavam por falta de escravaria. Em compensação, ficaram expostos à crescente disputa pelo mercado de trabalho, a curto, médio e longo prazo, pois os negros livres engrossariam a demanda por empregos, conforme diminuísse a preferência em relação aos imigrantes europeus trazidos para a lavoura de café. A todos que eram livres e não descendiam de africanos a abolição se apresentava como um passo definitivo na direção do progresso do Brasil e de sua aproximação aos modelos representados pela Europa e os Estados Unidos, de onde a escravidão já fora banida. Era também o modo de ter início o almejado branqueamento da população brasileira. Tinha-se por seguro para tanto o efeito do fim do fluxo realimentador de negros na composição populacional do país e considerava-se inexorável a diluição dos não-brancos na massa da população branca, proclamada como superior.

No prefácio ao livro *A Abolição (esboço histórico) 1831-1888*, escrito por Osório Duque-Estrada e publicado três décadas depois do 13 de maio, Ruy Barbosa afirma que seu envolvimento pessoal no esforço para acabar com a escravidão teve início "em 1869, quando ainda estudante, muito antes de aberta a campanha abolicionista".² Mas o prefaciado, que para escrever o livro em questão se apoiou nos "anais parlamentares e documentos que a eles se referem", considera como data inicial da reação ao cativo o ano de 1831, registrando-o no título da obra. Esse momento antecede muito ao assinalado pelo prefaciador.³ Duque-Estrada analisa eventos posteriores à extinção do tráfico, ocorrida em 1850, e à qual se refere da seguinte maneira: "Tratando especialmente da Abolição, e de preferência de sua fase revolucionária, não quisemos recalcar por muito tempo o dedo naquela chaga, que, num decurso de mais de vinte anos, cancerou hediondamente o nosso organismo social e enxovalhou a civilização americana durante toda a primeira metade do século XIX".⁴ Ele desconsidera as décadas anteriores, período em que o Brasil se via forçado a firmar com a Inglaterra compromissos antitráfico, que nem sempre eram cumpridos. Por sua óptica, o marco inicial escolhido é o ano de 1866, quando o interesse pelo fim da escravidão teria tido início, ou começado a ganhar fôlego. Nessa data foram apresentados os estudos formulados por Pimenta Bueno indicando medidas emancipatórias que se transformariam em lei. D.

(1) — FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

(2) — DUQUE-ESTRADA, Osório. *A Abolição (Esboço Histórico) 1831-1888*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro e Maurillo, 1918, p. I/XII.

(3) e (4) — Idem, *Ibidem*, p. 10.

Pedro II as encomendou estimulado a dar resposta ao pedido que lhe haviam endereçado abolicionistas franceses. A iniciativa imperial, ainda que não resultasse em proposta revolucionária, provocou reações diferentes e intensas: Ruy Barbosa acolheu-a; José de Alencar fez-lhe forte oposição; e Rio Branco ofereceu-lhe uma resistência prudente, por não se considerar ainda convicto de sua oportunidade. Dos três, Rio Branco foi o único que mudou de opinião, terminando por aderir e contribuir para que se viabilizasse uma campanha que antes combatera. Isso custou-lhe muitas críticas. Ao defender-se, ele alegou ter-se oposto às propostas de Pimenta Bueno por terem sido formuladas num momento em que, empenhado em vencer a guerra contra o Paraguai, o Brasil não deveria envolver-se num problema tão desafiador como a abolição. A essa justificativa ele acrescentou um dado que lhe parecia importante razão de sua prudência: "pela primeira vez nos Conselhos da Coroa se agitava esta grave questão".⁵

No livro de Duque-Estrada fica datado de 1871 o despertar de um sentimento nacional contra o escravismo, em razão da Lei do Ventre Livre. Embora resultasse mais numa artimanha do que numa legítima conquista libertadora, essa lei provocou reação eufórica entre aqueles que a consideravam um meio eficiente com que se estancar a última das duas fontes alimentadoras da escravidão. Uma, que era o tráfico de africanos, fora encerrada fazia já 20 anos, enquanto a outra, o nascimento de estigmatizados pela condição de escravos em que se encontravam seus pais, cessava então.

A escalada abolicionista é assinalada pelas adesões de dois intelectuais de excepcional importância: Ruy Barbosa, em 1869, e Joaquim Nabuco, dez anos mais tarde. É um critério adequado, dadas as contribuições trazidas por esses dois destacados brasileiros, cuja consagração intelectual ultrapassava as fronteiras nacionais.

Ao final da década de 1860, Ruy Barbosa, então com 20 anos de idade, proferiu um veemente discurso na Quinta Conferência do Clube Radical Paulistano. Não foram poupados por ele políticos, partidos e o Governo, conforme registraram os jornais da época. O jovem intelectual baiano condenou o trabalho escravo, abominável e muito inferior, se comparado ao trabalho livre.

Essas adesões se faziam num momento em que o ânimo político se voltava na direção da República; disposição que expunha o empenho abolicionista ao risco de abrandar-se, mantendo-se num mesmo patamar. A adesão de Joaquim Nabuco tirou a campanha desse abrandamento. O intelectual pernambucano era monarquista e concentrava seu entusiasmo no combate à escravidão, sem se dividir com a causa republicana. No ano de 1880 ele fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, órgão que reforçava o caráter manifesto e organizado do esforço contra o regime da escravidão. Outra adesão que não pode passar sem registro foi a de José do Patrocínio. Esse negro, livre e combativo, terminaria discordando da orientação seguida pela sociedade fundada por Nabuco, vendo-a insuficientemente ousada no modo de atuar. Em companhia de João Clapp e Serpa Júnior, Patrocínio funda a Confederação Abolicionista, em 1883. O grande prestígio da associação marca a fase final da campanha.

Aceito o início do interesse nacional pela abolição em 1866, e o começo da campanha, em 1871, tem-se uma periodização que dá conta da "fase propriamente revolucionária do abolicionismo". O que aconteceu antes corresponde a uma fase menos inflamada, embora já marcada por inquietações e tentativas de saída para o problema, como as propostas por Pimenta Bueno. Antes ainda, ocorreram as manifestações isoladas, ainda que por vezes revestidas de grande importância, como a de José Bonifácio, redigida em 1823 e encaminhada à As-

(5) — Idem, *Ibidem*, p. 63.

sembléa Geral Constituinte, mas que só se tornou conhecida em 1825 e a partir do Exterior, em consequência do fechamento da Constituinte por D. Pedro I e do exílio do Patriarca da Independência.

Na formulação de proposta para o fim da escravidão, os abolicionistas revelaram elevado grau de sentimentalismo e espírito humanitário ao lado de inequívocos traços de objetividade colhidos em princípios científicos e na observação de outras sociedades escravocratas. Hélio Vianna registra, em seu *Estudos de história imperial*,⁶ o "Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão", datado de 14 de abril de 1883, assinado por figuras de grande destaque na vida do país, como Joaquim Saldanha Marinho, o primeiro da lista, e Joaquim Nabuco, que a encerra. No manifesto, os signatários encarregam-se de proceder a um severo "balanço nas omissões no meio das despreocupações dos interessados em puro desfavor das leis garantidoras da liberdade e do pleno gozo dos direitos de cidadão" assegurados aos brasileiros, e se propõem a estimular os advogados contra a inércia "diante da ação virtualmente contida" na legislação já existente naquele momento. Não é dar "expansão a sentimentos filantrópicos" o que pretende o Clube, mas "proporcionar aos infelizes, que têm por si a lei, meios fáceis e prontos de tornarem efetivos os seus direitos". Não obstante, acentuava-se a compaixão pelo exagerado sofrimento a que eram submetidos os escravos, como fica bem ilustrado pelas tiradas grandiloqüentes do poeta Castro Alves, possivelmente mais difundidas e acolhidas do que o ideário racional do Clube dos Advogados. Essa poesia revela também a disposição tutelar por parte do branco, a qual servia de acobertamento para a certeza de que o negro era incapaz de viver em condições de liberdade, por não ter discernimento nem responsabilidade. A essas limitações que eram imputadas ao escravo somava-se o temor por sua animalidade, que o caracterizava como rebelde, agressivo e dado à vingança. Com isso, a generosidade do sentimento humanitário, que impelia tantos brancos na direção abolicionista, era bloqueada pelo temor aos desarranjos econômicos renunciados para a lavoura, e aos assustadores problemas sociais apregoados como inevitáveis com a libertação dos escravos. A saída a um tal impasse entre impulsão humanitária e temor a graves problemas coletivos tomava a forma de propostas gradualistas, que visavam a assegurar ao branco condições de ir humanizando o negro, com a extinção do cativeiro feita aos poucos, sem trauma. Os estudos de Pimenta Bueno, por exemplo, aconselhavam dez anos de prazo para o fim da escravidão. E Joaquim Nabuco também pregava um prazo preparatório à libertação dos escravos, por medida de prudência. Esse gradualismo que caracterizava as propostas terminou consagrado na marcha legislativa, que foi libertando os ocupantes das faixas etárias extremas: os recém-nascidos (Lei do Ventre Livre) e os mais idosos (Lei dos Sexagenários).⁷ Acreditava-se que com tais procedimentos se chegasse à extinção da escravidão *naturalmente*, ou seja, conforme os negros fossem morrendo. Essa concepção encontrou simpatizantes entre intelectuais brasileiros dos mais representativos: José de Alencar pensou assim e Tobias Barreto também, em certo momento.

A pressão exercida pelos interesses dos senhores de escravos influenciou muito nas propostas gradualistas de abolição. Um exemplo que ajuda a entender que

(6) — VIANNA, Hélio. *Estudos de história imperial*. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1950. p. 295-303.

(7) — É extenso hoje o rol, sempre crescente, de estudos sobre a questão e seria excessivo registrá-los todos aqui. Mas devem ser citados três livros, tanto por seus penetrantes conteúdos como pela abundância de indicações bibliográficas que registram. Um deles, que serviu de tese de cátedra, está mencionado na nota anterior, e os dois outros são de autoria de dois militantes: MOURA, Clovis — *O negro. De bom escravo a mau cidadão!*. Rio de Janeiro, Conquista (Temas Brasileiros, 21), 1977; NASCIMENTO, Abdias — *O quilombismo*, Petrópolis, Editora Vozes, 1980.

não era só na esfera legislativa e na político-partidária que ela se exercia é dado pela experiência de Francisco Antônio Brandão Júnior. Esse positivista brasileiro escreveu um livro em 1865 intitulado *A escravidão no Brasil* e o publicou na Europa, onde estudou. A proposta oferecida era a transformação dos escravos em servos de gleba, como na Idade Média, a fim de que chegassem à abolição de modo suave e pacífico. Reconhecendo que o escravo era propriedade legítima de seu senhor, Brandão Júnior defendia a indenização àqueles cuja propriedade fosse prejudicada em decorrência de lei emancipadora. Toda essa prudência de que se revestia sua proposta, porém, não bastou para poupá-lo da reação de sua família. Ele foi acusado de ingratidão: graças à regalia de filho de senhor de escravos ele estudara na Europa. Agora, não necessitando de escravos para viver, passava a defender o fim da escravidão, com o que expunha sua família à ruína.

A campanha abolicionista em seu desenvolvimento conheceu as variações de acolhimento/rejeição vindas de diferentes instituições sociais. Isso, por vezes, ocorria de forma simultânea, como no caso de políticos abolicionistas defrontando-se com outros que eram escravagistas, dentro de um mesmo partido. E a imprensa, como ocorreu também com o Legislativo, abrigou tais divergências ideológicas, sem se falar no que terminou acontecendo no meio dos latifundiários: os que cultivavam café em São Paulo, a certa altura da campanha, já aderiam à abolição de olhos postos em incentivos e financiamentos governamentais, enquanto outros se alinhavam aos mais tradicionais cultivadores de cana-de-açúcar do Nordeste, ainda apegados à escravidão. Mas a tendência que se acentuou, conforme correu o tempo, foi a passagem da rejeição ao acolhimento, o que mostrava quanto a abolição ganhava adeptos e crescia em intensidade. Ainda uma vez, o crescimento do espaço em jornais reservado à pregação abolicionista e o surgimento de novos periódicos antiescravistas fazem da imprensa um meio em que a mencionada superação se torna evidente. Mas talvez seja ainda mais ilustrativo dessa marcha adesiva à abolição ou, pelo menos, da redução de apoio anteriormente dado ao escravismo o caso do exército brasileiro. Acabada a Guerra do Paraguai, nossos militares negaram-se a continuar participando das caçadas a negros fugidos.

A análise dessas polarizações e de sua superação por um acolhimento crescente da abolição indica alterações em curso na estrutura da sociedade brasileira, a partir do abalo que o fim do tráfico provocou em seu componente básico — a escravidão.

Até 1850, a despeito das pressões mais ou menos resistíveis exercidas pela Inglaterra, a escravidão se manteve solidamente integrada na sociedade brasileira, como seu fundamento, sem que a enfraquecessem as transformações pelas quais vinha passando o sistema internacional em que o Brasil se inseria. Essa disposição inercial, observável quando ainda éramos colônia, continuou no período em que nos tornávamos reino unido e persistiu depois de proclamada nossa independência. Para o que está sendo considerado, a implantação do trabalho assalariado pode ser tomada como a mais relevante dessas transformações a que o Brasil ainda resistia. A ascensão hegemônica do industrialismo inglês de expressão liberal levou ao fim da escravidão nas sociedades coloniais, forjadas na vigência do mercantilismo. No Brasil, contudo, o cativo resistia, graças às peculiaridades da colonização portuguesa e ao fato de nossa posição periférica — geográfica e econômica — em relação aos centros hegemônicos internacionais. Nossa organização social, alicerçada e alimentada pela escravidão, equilibrou-se, depois da independência, no mesmo arranjo básico dos tempos coloniais: uma sociedade segmentada em estratos estamentais e seccionada pela forma ganglionar de ocupação e exploração do território, com descontinuidades históricas na economia regionalizada em ciclos, e seus inevitáveis reflexos na organização política e seu funcionamento.

Em 1850 o Brasil teve de estancar o tráfico de escravos porque não podia mais resistir à pressão da Inglaterra contra o fluxo de negros. E, a despeito das tentativas feitas para burlar a medida adotada, esta terminou sendo cumprida. A partir daí, começou a faltar braço para a lavoura em certas regiões do país; sobrevieram modificações sensíveis na redistribuição da escravaria disponível, no seu valor de mercado e nas formas de sua comercialização, com desencontros de interesses regionais na agricultura e fortes tensões político-administrativas. Dessa rearticulação gerada pelas relações internacionais do Brasil e os conseqüentes abalos na consistência estrutural da sociedade brasileira, resultaram brechas abertas na ordem social vigente, as quais apontavam na direção do fim do cativo.

Enquanto se acentuavam essas alterações, ia-se tornando imperativo recorrer-se ao trabalho assalariado, para o que o Brasil passou a admitir imigrantes europeus, principalmente da península itálica, vindos inicialmente para a lavoura paulista do café. Paralelamente, fortaleciam-se as aspirações da *intelligentsia* brasileira a conduzir o país no sentido de se tornar uma sociedade moderna e branca. Era uma aspiração que se nutria da concepção que os brasileiros cultos traziam da Europa e dos Estados Unidos, onde estudavam ou iam colher modelos e critérios para modernizar o Brasil. Sua convicção mais sólida era que tal modernização passava preliminarmente pela abolição da escravatura. Em apoio dessa posição vinham as expectativas e interferências dos meios cultos estrangeiros. Foi, por exemplo, o que se deu com a solicitação feita pelo Comitê Francês de Emancipação a D. Pedro II em favor dos escravos. Essa organização maçônica, do Grande Oriente de França, à qual pertenciam figuras de destaque, levou o imperador a prometer que resolveria o problema, quando acabasse a Guerra do Paraguai. Mas a ingerência estrangeira nesse problema nacional não parou aí. Joaquim Nabuco conseguiu envolver o norte-americano Henry Washington Hilliard na campanha abolicionista, solicitando sugestões e conduzindo o aliado estrangeiro à condição de sócio honorário da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Antes disso, recorreu à Sociedade Britânica e Estrangeira Antiescravista em busca de apoio, pois estava encaminhando uma proposta ao Legislativo e temia que sua discussão fosse postergada. Um outro exemplo ainda, esse da preocupação com a imagem do Brasil nos meios cultos do exterior e de como se atribuía importância ao apoio que viesse de intelectuais consagrados para o bom êxito dos esforços abolicionistas, está na carta que, a 22 de março de 1884, José do Patrocínio dirigiu a Victor Hugo, comunicando-lhe que "dentro de três dias" a província do Ceará acabaria com a escravidão. Nessa oportunidade, o incansável defensor dos escravos pedia a manifestação de apoio do respeitável escritor francês, para que D. Pedro II, grande admirador do romancista, ficasse sensibilizado e generalizasse a medida do Ceará para todo o país.

Outros fatos de dimensão internacional cuja repercussão na ordem social brasileira produziram efeito positivo na marcha do abolicionismo foram a Guerra do Paraguai e as missões diplomáticas desempenhadas por Rio Branco. Este diplomata, em suas intervenções fora do Brasil, enfrentou o desconforto de ver seu país acusado de ainda manter a escravidão. Isso teria contribuído para que ele mudasse de posição e aderisse ao abolicionismo. Quanto à Guerra do Paraguai, ela ensejou o engajamento de escravos como combatentes brasileiros, em troca de alforria. Abriu-se, assim, pela primeira vez, oportunidade para que os negros, até então mantidos à margem da responsabilidade nacional, participassem ativamente da defesa dos interesses brasileiros, e demonstrassem, enquanto combatentes, coragem, responsabilidade, disciplina, discernimento — qualidades insuspeitáveis em escravos. Quando a guerra acabou, o sopro de modernização geral que percorreu o país estimulou o fim da escravidão tanto quanto o da monarquia.

A campanha abolicionista no Brasil constitui um conjunto de fatos históricos reveladores de possibilidades renovadoras de certos arranjos da ordem social vigente, bem como dos limites enfrentados pelas transformações requeridas por uma dada conjuntura em crise. Os fatos em questão percorrem uma etapa em que a sociedade brasileira foi levada a redefinir seus fundamentos, em face das pressões recebidas de fora e por causa das reações inovadoras fermentadas internamente. A intensidade daquelas e o vigor destas últimas convergiram de duas maneiras: na captação das potencialidades de novas soluções em que se rearticulassem as combinações estruturais e dinâmicas preexistentes com vistas às inovações pretendidas, que eram apenas reformistas; e na elaboração de um novo arranjo histórico da sociedade brasileira, agora fundamentada na organização em classes e dinamizada pela competitividade do trabalho assalariado. Essa transição, a despeito de atingir os alicerces da ordem social vigente, processou-se sob a condução dos estratos sociais dominantes. Naquele fim de século as camadas médias da sociedade brasileira — os pequenos agricultores, os modestos comerciantes, os profissionais liberais, os funcionários públicos, os artífices, os assalariados em geral — e os intelectuais com elas identificados não tinham amplitude nem densidade suficientes para resistir aos poderosos, impondo a estes outro modelo de organização social. Em conseqüência, os tumultos inevitáveis que foram suscitados pela marcha da abolição — as fugas e rebeliões de escravos, nas propriedades rurais; os comícios, críticas e agitações, no meio urbano — não chegaram a assegurar uma reordenação sócio-político-econômica diferente daquela que conviesse aos *donos do poder*. Ficaram, pois, preservados os interesses e as posições, enquanto os elevados propósitos humanitários desfizeram-se no ar. Os negros, que eram escravos de fato, passaram a ser apenas nominalmente cidadãos com prerrogativas e direitos. Eles foram substituídos e preteridos por trabalhadores europeus, aos quais se impediu de ter propriedade rural, durante décadas, preservando-se os já proprietários nacionais. E o paternalismo dos poderosos se manteve na tônica de uma lei, a de 13 de maio de 1888, que se consagrou como *áurea*, mas que se restringiu a libertar os escravos, sem se incomodar com a situação adversa a que eles estavam sendo lançados. Mas, a despeito de tudo que os tolhia e lhes minimizava os esforços, os negros deixaram suas contribuições à luta pela abolição. Os escravos, resistindo nas senzalas, fugindo, rebelando-se, lutando nos quilombos; e aqueles que já eram livres, realizando quanto esforço podiam, como intelectuais, na política, no jornalismo, como advogados militantes, propagando a abolição e defendendo seus irmãos oprimidos, cujas alforrias se cotizavam para comprar. Não há como ignorar ou diminuir desempenhos como os de Chico Rei, André Rebouças, José do Patrocínio, Antonio Bento, Manoel Querino, entre outros tantos, talvez menos evidentes ou brilhantes, mas igualmente dedicados. Não obstante, dadas as condições assinaladas da sociedade brasileira, todo esse esforço não bastou para assegurar ao negro tornado livre um conjunto de condições e recursos com que se ressocilizava para uma nova sociedade que surgia e para a qual era impellido estando inteiramente despreparado.

A aparência de democracia racial ostentada pelo Brasil, mas já desmascarada por diversos estudiosos, persiste ainda, cem anos depois da abolição. Essa situação por tudo que tem de falso e injusto convoca o país, na oportunidade deste centenário, a um compromisso inadiável: é imperativo um esforço geral e honesto para que se criem condições adequadas à superação dos conhecidos entraves enfrentados pelos não-brancos brasileiros, a fim de que possam se tornar verdadeiramente cidadãos de um país beneficiado por uma sociedade democrática e progressista, que até agora não fomos capazes de atingir.

Recebido para publicação em 04 de janeiro de 1988

ABSTRACT

The abolition was characterized by a process composed of various phases and it was conditioned by diverse factors and interests. As of 1866, there was a growth in the desire for an end to slavery, while 1871 marked the beginning of an abolitionist campaign. The adherence of important personalities to this cause and the weakening in its opposition on the part of politicians, landowners, and institutions were significant to the subsequent developments. The Brazilian social structure, that was based on slavery, started presenting tensions after 1850, culminating in the abolition, which occurred to satisfy the interests of the power holders. The abolitionist campaign was part of a complex of historic facts that remolded the Brazilian society, adapting it to conditions that arose from international circumstances.

Slavery — Abolitionism — Social structure.

